



## **Relato da reunião extraordinária do CD EPSJV 8 de novembro de 2019**

### INFORMES

#### **Sorteio Público**

Será realizado no sábado, 9 de novembro, o Sorteio Público do Processo Seletivo 2020 dos Cursos Técnicos de Nível Médio da EPSJV.

#### **Assembleia**

A Assembleia Geral da EPSJV será realizada no dia 28 de novembro de 2019.

#### **Espaço de convivência**

A Direção informou que, desde o início da atual gestão, está negociando com o vice-presidente de Gestão da Fiocruz, Mário Moreira, a construção de uma quadra poliesportiva na área próxima ao Pátio Circular da EPSJV. Mas, por questões orçamentárias, a construção não foi viabilizada.

Diante disso, a Direção pensou na revitalização daquela área, com a construção de um espaço de convivência para estudantes e trabalhadores, que seria chamado de Praça Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva, em homenagem ao pesquisador que foi um dos fundadores da EPSJV. A Direção está em conversas com a Cogic para a revitalização da área e a criação do espaço, que poderia contar também com uma quadra esportiva ou de areia.

A coordenadora do Lateps sugeriu que, em 2020, durante as comemorações do aniversário de 35 anos da EPSJV, seja realizado em evento simbólico, como o lançamento de uma pedra inaugural, por exemplo, marcando a homenagem a Luiz Fernando. A Direção disse que isso poderá ser incluído na programação de aniversário da Escola e que assim que tiver mais detalhes, informará ao CD EPSJV.

#### **Planejamento**

Nos dias 7 e 8 de outubro, foi realizado o Fórum de Planejamento da Fiocruz. O vice-diretor de Gestão informou que no fórum foram apresentadas alternativas para a sustentabilidade da instituição diante da redução dos recursos orçamentários e a negação de novos concursos. Entre elas, a busca de recursos por meio de emendas parlamentares e a cooperação entre as unidades e as regionais da Fiocruz.

O vice-diretor informou que, em 2019, a Escola está com uma boa execução orçamentária (75%) até agora, o que contribui para garantir a manutenção do orçamento nos mesmos níveis de 2019 (R\$ 14,5 milhões) para 2020.

#### **PA 2020**

Está aberto, desde o dia 2 de outubro, o sistema para o cadastramento do PA 2020. O vice-diretor de Gestão lembrou que todas as despesas cadastradas no PA 2020 devem estar alinhadas ao Planejamento Geral de Compras (PGC).

## **PAUTA**

### **Pós-graduação**

A Direção relembrou que na reunião anterior do CD EPSJV, realizada no dia 31 de outubro, ficou definido que os coordenadores iriam debater com seus grupos a demanda da Coordenação de Pós-graduação da EPSJV de manter um posto de trabalho da área administrativa, que era mantido com recursos da RET-SUS e que seria desativado, em virtude das mudanças nos critérios de avaliação da Capes.

A Direção ressaltou que a discussão era importante, pois não se tratava apenas de manter um posto de trabalho na Escola, mas também da manutenção do programa de Pós-graduação diante das novas exigências da Capes para o credenciamento do programa.

O coordenador-adjunto do Programa de Pós-graduação da EPSJV fez um breve relato sobre o novo modelo de avaliação da Capes, que já foi apresentado ao CD EPSJV em duas reuniões anteriores, e relatou que participou nos dias 4 e 5 de novembro do Fórum dos Mestrados Profissionais, evento no qual os novos critérios de avaliação da Capes foram amplamente discutidos.

Ele lembrou que a avaliação atual é mais quantitativa e voltada para a produção docente e que o novo sistema avaliativo é mais qualitativo dessa produção. Além disso, a nova avaliação abrange um quadriênio que se encerra em 2020, portanto, será necessário também fazer uma avaliação retroativa do programa, de acordo com os novos critérios. O novo modelo prevê ainda que os programas se autoavaliem, de acordo com um modelo criado pelo próprio programa.

Diante das novas exigências, o coordenador-adjunto apontou que a Pós-graduação da EPSJV necessita de um reforço na equipe de secretaria para garantir o trabalho de levantamento de dados, a implantação de um modelo de autoavaliação e do planejamento estratégico do programa. Segundo ele, sem um núcleo de apoio administrativo, se torna impossível garantir que a Pós-graduação da EPSJV mantenha, pelo menos, a avaliação atual da Capes. O coordenador-adjunto disse que compreende as prioridades da Escola, mas entende que se não houver uma infraestrutura mínima para a Pós-graduação, a EPSJV precisa avaliar a pertinência da continuidade do programa.

O vice-diretor de Ensino leu uma carta assinada pelos alunos da Turma 2018 do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da EPSJV. No documento, os estudantes expressam seu apoio à demanda da Pós-graduação de contratação de um profissional de apoio administrativo para garantir a sobrevivência do programa, que contribui para a formação da classe trabalhadora.

Após a leitura da carta, o coordenador-adjunto destacou que a demanda da Pós-graduação é pela manutenção de um posto de trabalho que já existe no setor e não pela ampliação da equipe atual. Mas, destacou que a pós teve sua equipe reduzida nos últimos anos. Para contribuir com o debate, a coordenadora do Lateps, que foi a primeira coordenadora do Programa de Pós-graduação da EPSJV, fez um breve histórico da equipe do programa ao longo dos anos.

Conforme havia sido solicitado pelo CD EPSJV à Direção, na reunião anterior do Conselho Deliberativo, o vice-diretor de Gestão fez uma apresentação mostrando o quadro atual da terceirização na EPSJV. Atualmente, a Escola tem 310 trabalhadores, sendo que 117 deles são terceirizados (27% da força de trabalho total). No orçamento 2019 da Escola, 70% dos recursos são usados para o pagamento dos trabalhadores terceirizados. Essa porcentagem vem crescendo ao

longo dos últimos anos. Neste ano, a previsão é que a EPSJV execute um orçamento de R\$ 14,3 milhões.

De acordo com o vice-diretor de Gestão, o contrato atual de terceirização dos trabalhadores da Gestão tem 78 postos de trabalho ocupados e 11 postos vagos. A Direção propôs que um desses postos vagos, seja ocupado pelo trabalhador da pós-graduação, no cargo de Assistente de Administração Educacional II, mesmo posto da maior parte dos profissionais de apoio administrativo da Escola. Com isso, a proposta da Direção é que a atual secretária da Pós-graduação fique com a responsabilidade de alimentar as plataformas de avaliação externa e que o novo profissional fique com o trabalho de secretariado do setor.

A Reprepoli (Clélia) fez um relato de questões trabalhistas da EPSJV, a partir do estudo dos informes de reuniões anteriores do CD EPSJV. Entre os pontos levantados pela Reprepoli, estão o descontentamento dos trabalhadores terceirizados, principalmente dos níveis salariais mais baixos, pela maneira como tem sido conduzidas as contratações de novos trabalhadores na Escola. De acordo com a Reprepoli, a avaliação dos trabalhadores mais antigos é que os mais novos entram ocupando vagas com salários maiores e não é aberto um processo seletivo interno para que os trabalhadores mais antigos se candidatem.

Outra reivindicação apresentada pela Reprepoli é que a lista de espera de contratação dos terceirizados seja publicizada pela Direção, assim como uma antiga lista de espera de reenquadramento de profissionais. A Reprepoli também solicitou que os representantes dos trabalhadores façam parte da comissão que trata dos processos de terceirização na Escola.

A Reprepoli também sugeriu que, em alguns casos de novas contratações de terceirizados, sejam realizados, preferencialmente, processos seletivos internos para dar chance a trabalhadores que queiram mudar de setor dentro da Escola.

Para a demanda da Pós-graduação, a proposta da Reprepoli é que a contratação seja feita por bolsa até que haja definição sobre o reenquadramento dos terceirizados no novo contrato, que deve ser licitado em 2020. Também foi solicitado que haja uma seleção interna para a vaga e não que o posto de trabalho seja ocupado pela trabalhadora que já faz parte da equipe da pós-graduação atualmente. E que, caso seja definido futuramente que a vaga passará a ser terceirizada, que seja feita uma nova seleção para a vaga.

A Direção esclareceu que não é permitida legalmente a contratação de trabalhadores que exercem atividades permanentes por meio de bolsa, portanto, a vaga tem que ser de terceirização.

O Vice-diretor de Gestão explicou que o contrato de terceirização não é um plano de carreira e que, portanto, não prevê reenquadramentos automáticos para os trabalhadores por tempo de serviço. Disse ainda que não se justifica o reenquadramento nos casos em que o trabalhador permanece exercendo as mesmas atividades para as quais foi contratado. Ele explicou que o novo enquadramento funcional só se justifica nos casos em que o trabalhador passou a exercer novas funções. Ele disse que a comissão está definindo o perfil de cada cargo do contrato de terceirização para verificar se há casos em que há necessidade de reenquadramento. A Direção ressaltou que é importante toda a Escola apoie o trabalho da comissão para que ele espelhe a realidade dos trabalhadores.

O vice-diretor lembrou ainda que, mesmo nos casos em que a comissão avaliar que o reenquadramento é justificado, ele só poderá ser feito se houver recursos orçamentários para isso, o que não tem acontecido na atual conjuntura.

Sobre a realização de processos seletivos internos, o vice-diretor de Gestão informou que fez uma consulta à Cogepe e que a orientação é que as seleções sejam sempre públicas. O que pode ser feito é o remanejamento interno para uma vaga de salário superior, mas é necessário fazer seleção pública para a vaga de salário menor que foi desocupada.

A representante do Lic-Provoc disse que a discussão sobre a força de trabalho da Escola é complexa e envolve diversos aspectos. Ela questionou o fato de essas discussões chegarem ao CD sempre como uma excepcionalidade, não permitindo uma discussão mais ampla. Em sua avaliação, a demanda pela vaga é pertinente e as propostas de seleção interna e de que a vaga seja para assistente II também. Ela sugeriu que o CD EPSJV pactue que a discussão atual seja a última excepcionalidade e que os debates sobre força de trabalho passem a ser feitos mais amplamente.

A coordenadora da CCDE lembrou que já fez parte da Reprepoli e que coordena um setor com muitos terceirizados e que, portanto, acompanha as preocupações desses trabalhadores. Disse ainda que a CCDE apoia a demanda da pós-graduação e que considera que existem três tipos de demandas de expansão da força de trabalho: a expansão para o futuro, para aumentar a demanda de trabalho; a expansão quando há um aumento do trabalho do setor e há necessidade de um trabalhador para suprir essa demanda; e a expansão para atender uma demanda ou exigência externa, como é o caso da Pós-graduação, que precisa atender exigências da Capes.

Em sua avaliação, a demanda é de expansão e não de manutenção do posto de trabalho, considerando que será ocupada mais uma vaga no contrato de terceirização para suprir uma nova necessidade do setor, gerada por uma demanda externa. Ela destacou que parte do questionamento sobre a vaga se devia ao fato da proposta inicial da pós-graduação ser pela contratação de um Analista I, cargo que é ocupado por algumas secretárias da Escola, por questões diversas, enquanto a maior parte das secretárias está enquadrada no cargo de Assistente II, o que gera alguns conflitos internos. Ela sugeriu que essa questão das diferenças salariais entre as secretárias seja tratada coletivamente e também pela comissão, assim como outras questões trabalhistas da Escola. Em sua avaliação, as demandas devem ser públicas e a discussão coletiva e transparente. Ela aprovou a decisão da Direção de propor a contratação para uma vaga de Assistente II.

A representante do Laborat lembrou que seu laboratório vai perder seis servidores até o final de 2020, que irão se aposentar, e que, diante da conjuntura, não será possível repor essa força de trabalho. Com isso, o laboratório terá que reduzir suas atividades e também discutir coletivamente quais são as prioridades e o que deixará de ser feito. Nesse sentido, ela considera fundamental que as vagas de terceirização sejam discutidas coletivamente e não tratadas como excepcionalidade, porque é a terceirização que irá viabilizar a manutenção de algumas atividades. A proposta do Laborat é que a contratação para a vaga da pós-graduação seja feita com prazo definido, baseado no prazo do quadriênio definido pela Capes (previsto para 2021), e que após esse período a vaga seja discutida novamente, considerando também que a Escola deve discutir coletivamente se mantém a pós-graduação ou se prefere priorizar outras atividades de formação profissional. Ela também defendeu que seja feita uma seleção pública para a vaga e não apenas a incorporação da trabalhadora que já ocupa a vaga.

A coordenadora do Lateps avaliou que o encaminhamento proposto pela Direção contempla as preocupações do CD EPSJV, atende a necessidade da pós-graduação e, ao mesmo tempo, é compatível com os aspectos orçamentários e financeiros. Ela

disse que o Lateps concorda com a proposta da direção de contratar um profissional para a vaga de Assistente II. Em sua avaliação, é preciso ter uma diferenciação na divisão do trabalho interno da pós-graduação, por isso, ela considera que a proposta de contratação de um Assistente II, com responsabilidades diferentes do Analista I, é a mais adequada.

Ela ressaltou que é importante desvincular um possível descredenciamento da pós-graduação apenas ao aspecto administrativo, como se isso dependesse apenas do profissional que vai fazer a Coleta Capes. Ela destacou que há necessidade de fortalecer a pós-graduação, mas que o fato de ter mais um profissional não garante o seu credenciamento. Disse ainda que a questão deve ser discutida com os alunos da pós-graduação.

O vice-diretor de Ensino disse que a demanda da pós-graduação chegou ao CD EPSJV como excepcionalidade por causa da conjuntura externa, de demanda da Capes. Ele informou ainda que, no início de 2020, será feito um planejamento coletivo para a Escola e que essa questão estará presente, assim como outras questões institucionais que precisam do apoio de toda a Escola.

A coordenadora do Labgestão disse que na reunião anterior do CD EPSJV, no dia 31 de outubro, não havia conseguido deixar claro o incômodo pelo fato da demanda da pós ter aparecido como uma excepcionalidade, sendo que isso tem sido frequente no CD EPSJV. Para ela, é urgente que neste momento de contingenciamento de recursos, essas questões não sejam mais tratadas como exceções. Ela lembrou que o Labgestão perdeu 10 trabalhadores nos últimos anos e conseguiu apenas um novo servidor no concurso público e que, com isso, o laboratório talvez não tenha condições de continuar seu trabalho no próximo ano. Ela disse que é solidária com a demanda da pós-graduação, mas considera que é urgente que seja feita a discussão coletiva das prioridades da Escola, de forma transparente e solidária entre os setores, diante da redução de recursos e profissionais.

A Direção disse que a questão de novas contratações de terceirizados tem sido constante, assim como as aposentadorias que já aconteceram e vão acontecer e que causam a perda de profissionais com expertise em determinadas áreas. Diante disso, é preciso pensar em conjunto o que fazer nos próximos anos e, por isso, no início de 2020 será feito um planejamento estratégico coletivo da Escola.

Após os debates, o CD EPSJV votou e aprovou, por unanimidade, a proposta encaminhada pela Direção de contratar um profissional na vaga de Assistente II, por meio de uma seleção pública.

Em seguida, foi realizada a votação sobre a proposta do Laborat de que a contratação para a vaga da pós-graduação seja feita com prazo definido, baseado no prazo do quadriênio definido pela Capes (previsto para 2021), e que após esse período a vaga seja discutida novamente.

A representante do Laborat fez a defesa da proposta, reforçando os motivos que já havia explicado anteriormente e dizendo que a proposta está sendo feita para essa vaga específica porque é ela que está sendo discutida agora, mas que isso seja feito para outras vagas também. Disse ainda que a pós-graduação é um investimento da Fiocruz e que não seria bom que o programa fosse descredenciado.

O representante do Labform fez a defesa contra a proposta, dizendo que é preciso discutir não apenas essa vaga, mas todo o processo de trabalho e que, enquanto a "fila" de demanda de contratações de terceirizados não for publicizada, não é possível estabelecer um prazo para cada setor. Ele ressaltou que as vagas não são cativas para nenhum trabalhador e que, dentro de um planejamento estratégico, se

um setor acabar, os trabalhadores desse local terão que ser realocados, portanto, não é preciso ter uma data definida para as contratações.

Após as defesas, o CD EPSJV fez a votação, com o seguinte resultado:

Contratação com prazo definido – 1 voto (Laborat)

Contratação sem prazo definido – 8 votos (Labgestão, Labform, Direção, Latec, Lires, Labman, Reprepoli – 2 votos)

Abstenção – 2 votos (Lavsa, Lateps)

#### Presentes

Alexandre Moreno (Labman)

Anakeila Stauffer (Direção)

André Dantas (Labform)

Carlos Mauricio (VDEI)

Clélia Corte (Reprepoli)

Edilene Menezes (Lavsa)

Helifrancis Condé (CCI)

Jefferson Silva (RET-SUS)

José Mauro (Lires)

José Orbílio (VDGDI)

Maíra Mathias (CCDE)

Marco Antonio Santos (Pós-graduação)- convidado

Márcia Lopes (Laborat)

Marise Ramos (Lateps)

Micheli Abreu (Reprepoli)

Mônica Murito (Latec)

Paulea Zaquini (Lic-Provoc)

Pedro Castilho (SADM)

Raquel Moratori (Labgestão)

Sergio Oliveira (VDPDT)